

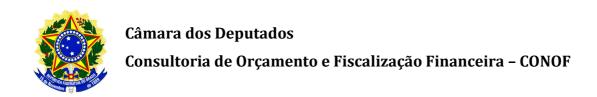
Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira - CONOF

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 6.613 ANO: 2009

1. A proposição p	rovoca repercussão negat	tiva no âmbito dos orçamen	tos da União, estados e	
municípios?				
	→ X Aumento de	despesa - ⊠ União □ estad	os 🗆 municípios	
\boxtimes :	SIM → □ Diminuição o	de receita - 🗌 União 🔲 esta	dos 🗆 municípios	
	NÃO			
		ostitutivo ou emenda que ceita na União, estados e mu		
	Aumento de 16, 17, 18, 19, 2 41, 42, 43, 46, 1/2010, 2/2010,	despesa. Quais? Emendas nº 0, 22, 23, 24, 26, 29, 31, 32, 348, 49, 50, 51 e 52, apresent/2011 e 3/2011, apresentada	Ps 5, 6, 7, 10, 11, 12, 15, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40,	
	✓ SIM ☐ Implica diminuição de receita. Quais?✓ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?			
	△ Não implica Emendas 1, 2, 3, 54, apresentadas	, 4, 8, 9, 13, 14, 21, 25, 27, 28	uição da receita. Quais? 3, 30, 39, 44, 45, 47, 53 e	
	NÃO			
2.1.Há receita □ 3 2.2. A	n? SIM (Emenda nº) proposição está instru	ue suprima o aumento de de NÃO ída com estimativa do in	npacto orçamentário e	
	eiro no exercicio em qua quentes?	e seus efeitos devam entra	r em vigor e nos dois	
	□ SIM	⊠ NÃO		
2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?				
	\square SIM	⊠ NÃO		
2.3. For propose		ão com vistas a manter a	neutralidade fiscal da	
	\square SIM	⊠ NÃO		
	gências constitucionais, orçamentária e financeira	legais e regimentais relaci foram atendidas ¹ ?	onadas à adequação e	
_	\square SIM	⊠ NÃO		
art. 93, 2°, da vigênc	, Lei 13.080/2015 (LDO/20 LDO/2015 - Emendas n°s	ivo infringido: art. 169, § 1, 015) – falta de previsão no An 7 e 43 implicam em efeitos O/2015 – Emendas nºs 22 empenho.	exo V da LOA; art. 92, § financeiros anteriores à	

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



4. Outras observações:

Brasília, 30 de Abril de 2015.

Tiago Mota Avelar Almeida Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira